
NOTA CONCEITUAL

No contexto bivalente de ampliação dos anúncios de Políticas Externas Feministas e das crescentes ações anti-gênero fomentadas por um sistema internacional que tem fortalecido o militarismo, considera-se a importância de ampliar o debate em torno da compreensão das diversas formas de manifestação Política Externa Feminista e como suas normativas podem ser traduzidas em práticas de políticas públicas com efeitos reais positivos na vida das pessoas a nível local. Neste sentido, o trabalho do Observatório de Política Externa Feminista Inclusiva (OPEFI) é, antes de tudo, guiado pela promoção do debate acadêmico junto a sociedade civil sobre os conceitos existentes em torno da agenda e na elaboração de contribuições marcadamente latino-americanas.

A atuação do OPEFI parte das multiplicidade de experiências dos movimentos feministas brasileiros, em particular, e da trajetória dos feminismos regionais latino-americanos, em geral, para incidir no avanço de um sistema de ação exterior que ultrapasse o processo de adjetivação e elabore, de forma coletiva, ações práticas feministas inclusivas. Acreditamos que desde a América Latina, temos a oportunidade de avançar nas análises e propostas interseccionais, estabelecendo vínculos colaborativos com interpretações e experiências diversas, possibilitando, assim, a disseminação de práticas feministas inclusivas.

As perguntas que guiam as nossas ações são:

O que significa pensar a “inclusão” nos estudos e debates sobre Política Externa Feminista?

Esta pergunta surge justamente da reflexão de que muitas especialistas latinoamericanas indicam que o termo Feminista quando mobilizado por agências de governos e Estados pode ser instrumento para suprimir questões básicas para a revisão das estruturas patriarcais na Ação Exterior. Por isso, a partir da estratégia de mobilizar a terminologia Feminista considerando o arcobouço e variedade de perspectivas teóricas e com um olhar crítico a respeito do uso, muitas vezes indiscriminado da terminologia, o OPEFI busca incidir no avanço dos debates interseccionais (em um sentido concreto e prático), e, por conseguinte, de inclusão.

Em que medida justamente ao utilizar essas lentes de análise atualizadas pode dar ao Brasil um espaço de inserção no debate e ação internacional?

Esta pergunta é um guia para identificar as capacidades do Estado brasileiro ir além das estratégias globais de ações exteriores feministas tradicionais. Isto porque uma das críticas mais relevantes realizadas por autoras latino-americanas está justamente no uso indiscriminado das lentes feministas estatais e liberais. Quando são feitas análises aprofundadas sobre as normativas institucionais dos países que anunciaram formalmente a PEF é evidente que há uma tendência de uso da igualdade de gênero mais voltada para a inclusão das mulheres nas estruturas existentes, e, por conseguinte uma adaptação dessa interpretação dos Feminismos para os mais variados contextos locais. A ideia é que a articulação e a reflexão produzida desde o OPEFI sejam ferramentas de atualização e conexão com a realidade brasileira e suas necessidades em uma Ação Exterior Feminista.

Os demais objetivos do OPEFI estão traçados a partir de uma necessidade de incidência em agendas específicas como estratégia de reforçar a importância da inclusão de determinados grupos nos campos decisórios e de formação de opinião da Política Externa Brasileira. Desta forma, o trabalho do Observatório pautará o debate sobre a PEF em três esferas: i) regional, com parceiros acadêmicos e da diplomacia de países latino-americanos que vêm atuando na agenda junto com o Brasil, ii) estatal, através da articulação com a associação de classe das mulheres diplomatas brasileiras e iii) junto com a sociedade civil, particularmente na incidência acadêmica sobre o tema. Entendemos que estas esferas têm a capacidade de reunir atores dos mais variados espectros com perspectivas diversas sobre as manifestações de Política Externa Feminista. Acreditamos que esta articulação constante permitirá que o trabalho realizado não seja reflexo apenas de um grupo específico, mas que tenha a maior capacidade possível de captação de uma heterogeneidade de consciências e práticas sobre Ação Exterior Feminista.

Considerando estas orientações, reconhecemos a relevância da agenda Mulheres, Paz e Segurança como espaço de articulação de políticas feministas inclusivas, bem como a capacidade de a (re)interpretação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento por meio do espectro feminista para estabelecer mudanças estruturais nas lógicas desiguais de ajuda ao desenvolvimento, principalmente, em casos de cooperação Norte-Sul. Neste sentido, nos baseamos no argumento de Archiellos-Sarls (2018), a partir da necessidade de as análises de política externas reconhecer que existe um imperialismo intrínseco nas estruturas de formulação e implementação das políticas externas, e que este imperialismo possui marcas de gênero, raça, classe e etnicidade bem determinadas.

Por fim, podemos resumir que o OPEFI tem como centralidade de suas ações o desenvolvimento de atividades que contribuam para o fortalecimento dos debates delineados neste manifesto, de maneira contínua, e, também, que auxiliem na ampliação dos atores brasileiros envolvidos no processo de reflexão sobre de uma Política Externa Feminista Inclusiva.